



Informativo da

# Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Brasília, 21 a 26 de setembro de 2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS



## Redução da jornada no setor óleo e gás pode encontrar dificuldades de aprovação

Agência Câmara Notícias - editado

A chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Portuário e Aquaviário do Ministério do Trabalho, Aline Bessa, afirmou na Câmara dos Deputados ver dificuldades na aprovação do Projeto de Lei 3765/08, que trata das condições de trabalho dos empregados do setor de óleo e gás, sob regime de embarque de confinamento. "Eu acho que a dificuldade maior desse projeto é a aprovação da questão da redução do tempo efetivo de trabalho para seis horas. Eu acho que vai ter uma pressão muito grande [por parte das companhias] com relação a isso".

O assunto foi discutido na última terça-feira com representantes do setor e do Ministério do Trabalho na CTASP.

O Projeto de Lei 3765/08 foi proposto pelo deputado Jorge Bittar (PT-RJ) para alterar a Lei 5.811/72, a fim de assegurar aos trabalhadores do segmento de petróleo, que prestam serviços em regime de embarque e confinamento, jornadas de trabalho menores (das atuais 12 horas para 6

horas diárias) como forma de diminuir o risco de acidentes provocados pelo cansaço dos empregados.

### MANUTENÇÃO DA PLATAFORMA

O gerente da Diretoria de Exploração e Produção da Petrobras, Jairo dos Santos Junior, que também participou do debate, discorda da alteração da jornada de trabalho, pois a diminuição da jornada reduziria o nível de manutenção da plataforma, podendo gerar riscos de segurança aos tripulantes. Ele explicou que as plataformas de petróleo não possuem infraestrutura para receber mais trabalhadores, ficando superlotadas e, conseqüentemente, ociosas.

Para o deputado Benjamin Maranhão (SD-PB), presidente da comissão, o maior desafio que o projeto enfrentará será viabilizar um texto que não sofra obstrução do governo. "A Petrobras é frontalmente contra. O que eles querem é até um retrocesso no acordo coletivo atual que eles tem", completou.

## Projeto de Lei beneficia trabalhadores rurais desempregados

A Comissão de Trabalho aprovou, no último dia 16, o Projeto de Lei nº 4.285/12, de autoria do Senado Federal, que altera a Lei nº 7.998, de 1990, para conceder seguro-desemprego aos trabalhadores rurais desempregados, contratados por safra, por pequeno prazo ou por prazo determinado.

A CTASP aprovou o projeto na forma de substitutivo, apresentado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. O substitutivo prevê que o trabalhador rural desempregado poderá desfrutar do benefício de valor equivalente a um salário

mínimo por até quatro meses, a cada período de 16 meses. O empregado deverá comprovar estar apto ao recebimento do seguro-desemprego.

O relator do projeto e presidente da Comissão, Deputado Benjamin Maranhão (SD/PB), deu parecer favorável, justificando que os trabalhadores rurais não recebem o mesmo respaldo da legislação em vigor quando comparados aos trabalhadores urbanos. "O projeto, portanto, se aprovado, representará uma compensação, embora parcial, a esses trabalhadores pelas difíceis condições em que vivem", concluiu.

## CTASP aprova acordo de trabalho para dependentes de diplomatas

A CTASP aprovou no dia 16 os Projetos de Decreto Legislativo nºs 87/15 e 125/15, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que aprovam textos de acordo entre o governo brasileiro e os governos da República de Gana e da República Islâmica da Mauritânia, respectivamente.

Os acordos permitem o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal designado para missões diplomáticas e consulares de ambos países.

A autorização deixará de valer ao esgotar o período da missão oficial ou ao término do "status" de dependente.

"A Exposição de Motivos apresentada pelo Poder Executivo informa que o Acordo em análise, semelhante aos assinados com mais de sessenta países nos últimos anos, reflete a tendência de estender aos dependentes dos servidores das missões diplomáticas e repartições consulares a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência pessoal e profissional", afirmou a relatora do PDC 87/15, Deputada Erika Koaky (PT/DF). De acordo com a Deputada, os dependentes estarão sujeitos à legislação nacional, "inclusive com a suspensão da imunidade de jurisdição civil e administrativa nas questões relacionadas ao exercício da atividade remunerada", concluiu.

## Patrocínio vedado a eventos que propagam consumo de álcool

Foi aprovado pela CTASP o PL 1.320/15, de autoria do Deputado Daniel Vilela (PMDB/GO), que veda o patrocínio ou apoio, por parte da administração pública, a eventos relacionados (ou que façam propagandas com relação) ao consumo de bebidas alcoólicas ou produtos fumíferos. De acordo com Vilela, "não é admissível que recursos do Erário sejam direcionados a eventos que divulguem tais produtos".

O relator, Deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES), deu parecer favorável ao projeto. "Não seria aceitável que, a despeito da escassez de recursos para a prestação de serviços públicos, o Erário custeasse, ainda que indiretamente, a propaganda de produtos potencialmente maléficis à saúde", justificou.

O PL segue para deliberação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## Perfil do Parlamentar

### Deputado Laercio Oliveira



Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados

Flávia Morais foi Secretária Municipal de Assistência Social na Prefeitura Municipal de Santa Bárbara de Goiás e na Prefeitura Municipal de Trindade-GO. Foi deputada estadual por dois mandatos.

Em 2007, foi Secretária Estadual de Cidadania e Trabalho do Governo de Goiás, sempre lutando pelos direitos das mulheres, dos idosos, das crianças e da população carente. Criou programas importantes como o passaporte do Idoso.

Em 2014, foi eleita pela segunda vez deputada federal, com 159.122 votos. Tem forte atuação no Parlamento. Foi relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas, membro das Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; Seguridade Social e Família; Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; do Esporte e relatora da Subcomissão Especial das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. É coordenadora adjunta da Secretaria da Mulher.

Com forte articulação nas Frentes Parlamentares, a deputada participa ativamente de diversos grupos de debates, dando prioridades a temas como: saúde e educação. Preside a Frente Parlamentar Envelhecimento Ativo e a Frente Parlamentar da Emancipação dos Municípios e é vice-presidente da Frente Parlamentar do Tratamento do Câncer.

Uma de suas grandes conquistas foi a aprovação da Lei nº 12.732/12, "Lei dos 60 dias do Câncer", que assegura aos pacientes com câncer o início do tratamento em no máximo 60 dias após o diagnóstico da doença, no Sistema Único de Saúde (SUS).

### Agenda

**22/09**

Audiência pública: Debater a indenização de Fronteira para os Auditores Fiscais do Trabalho e outras carreiras  
**Horário:** 14h30 **Local:** A definir

**29/09**

Audiência Pública: Discutir o esvaziamento do quadro de funcionários da Caixa Econômica Federal  
**Horário:** 14h30 **Local:** A definir

#### Informativo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Presidente: **Benjamin Maranhão (SD/PB)** | Texto e diagramação: **Melina Fleury** | Colaboração: Agência Câmara | Fotos: **Melina Fleury** | Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Anexo II, Pav. Térreo, Ala A, Sala 50 CEP: 70.160-900 Fone: (61) 3216-66805 | e-mail: [ctasp.decom@camara.leg.br](mailto:ctasp.decom@camara.leg.br) | Site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctasp>